

Acórdão do Tribunal Geral de 28 de setembro de 2016 — LLR-G5/EUIPO — Glycan Finance (SILICIUM ORGANIQUE G5 LLR-G5)

(Processo T-539/15) ⁽¹⁾

[«*Marca da União Europeia — Processo de oposição — Pedido de marca figurativa da União Europeia SILICIUM ORGANIQUE G5 LLR-G5 — Marcas internacionais nominativas anteriores Silicium Organique G5-Glycan 5-Si-Glycan-5-Si-G5 e Silicium Organique G5 — Motivo relativo de recusa — Risco de confusão — Artigo 8.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (CE) n.º 207/2009*»]

(2016/C 410/25)

Língua do processo: inglês

Partes

Recorrente: LLR-G5 Ltd (Castlebar, Irlanda) (representantes: A. von Mühlendahl, H. Hartwig, advogados)

Recorrido: Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (representante: A. Folliard-Monguiral, agente)

Outra parte no processo na Câmara de Recurso, interveniente no Tribunal Geral: Glycan Finance Corp. Ltd (Sheffield, Reino Unido)

Objeto

Recurso interposto da decisão da Primeira Câmara de Recurso do EUIPO de 11 de junho de 2015 (processo R 291/2014-1), relativo a um processo de oposição entre a Glycan Finance Corp. e a LLR-G5.

Dispositivo

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) A LLR-G5 é condenada nas despesas.

⁽¹⁾ JO C 381, de 16.11.2015

Acórdão do Tribunal Geral de 22 de setembro de 2016 — Weissenfels/Parlamento

(Processo T-684/15 P) ⁽¹⁾

(«*Recurso de decisão do Tribunal da Função Pública — Função pública — Funcionários — Responsabilidade extracontratual — Imparcialidade do Tribunal da Função Pública — Dados pessoais*»)

(2016/C 410/26)

Língua do processo: alemão

Partes

Recorrente: Roderich Weissenfels (Friburgo-em-Brisgóvia, Alemanha) (representante: G. Maximini, advogado)

Outra parte no processo: Parlamento Europeu (representantes: J. Steele e S. Seyr, agentes)

Objeto

Recurso do acórdão do Tribunal da Função Pública da União Europeia (Segunda Secção) de 24 de setembro de 2015, Weissenfels/Parlamento (F-92/14, EU:F:2015:110), que tem por objeto a anulação desse acórdão.

Dispositivo

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) Roderich Weissenfels é condenado nas despesas.

⁽¹⁾ JO C 59, de 15.2.2016.